

25) Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes. -----
---- Foram registadas as faltas dos membros Ana Paula Tavares Amador Hadden e Paula Cristina Vaz dos Santos, que apresentaram justificação por escrito; e Rafael Ferreira Matos. -----

---- Do órgão executivo, estiveram presentes: Presidente da Câmara – Manuel da Silva Soares; Vereadores – António José Martins Coutinho, Raul Alberto Conceição Duarte, João Miguel Tavares de Almeida, António Bispo Rodrigues e José Carlos Martins Ribeiro. -----

---- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 189, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. –

---- O membro Albano Macedo apresentou a sugestão de substituição dos nomes pelos cargos dos presidentes da câmara e assembleia municipal, quando são mencionadas as suas intervenções na acta, de modo a não se confundir com o membro Manuel Soares que possui nome igual ao do presidente da câmara. -----

---- A acta da sessão anterior foi aprovada por maioria, com a abstenção dos membros Fernando Oliveira e Severo Pereira e os votos a favor dos restantes membros presentes. -----

-----1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara -----

---- O presidente da câmara informou que poderia ser dispensada a leitura do documento pelo facto de a informação ter sido enviada juntamente com os documentos de suporte dos assuntos que irão ser debatidos nesta sessão. Portanto, resumiu a informação escrita, procedendo à leitura e explicação dos temas mais importantes, disponibilizando-se para prestar qualquer esclarecimento adicional sobre as matérias exaradas neste documento. -----

---- Seguidamente, foi aberto um período para a intervenção dos membros presentes que desejassem colocar questões acerca da informação exarada na mencionada informação. -----

---- Foi registada a intervenção de **Elisabete Henriques** que apresentou as seguintes questões: 1 – Barragem de Ribeiradio. Perguntou onde seria a localização da segunda barragem e por onde seria realizada a ligação rodoviária entre a Ermida e Pessegueiro do Vouga, atendendo ao facto de o troço actual da EM569 ficar submerso nessa zona; 2 – GAMA e redes de água e saneamento em baixa. Perguntou como seria definido o tarifário e com a uniformização das taxas não há atenuantes para os concelhos menores e com mais dificuldades; 3 – Festival Mundial da Terra. Solicitou mais informação sobre este evento; 4 – AGIM e projecto sobre PME. Perguntou se poderia ser dada a mesma oportunidade a empresas que não estejam ligadas à área da metalomecânica. -----

Presidente da câmara – Informou que, em relação à candidatura que envolve a AGIM e a Associação dos Industriais da Zona Industrial de Cedrim o programa de formação/acção foi discutido entre as duas associações e, portanto, foi a Associação Industrial que lançou o desafio de se fazer esta formação/acção neste domínio, não quer dizer que não possam aparecer outras e, certamente, aparecerão outros programas de formação/acção; Em relação ao Festival Mundial da Terra, quanto aos pormenores, há na informação escrita um resumo daquilo que se pretende com esse evento. Contudo, o programa vai constar num documento que será distribuído; Em relação à questão das redes de saneamento e de água, informou que a GAMA encomendou um estudo à Deloitte. Disse que as redes de água em alta e em baixa, quer as existentes, com os problemas de manutenção, custos associados com a manutenção, quer as que se encontram por construir ainda, trazem um volume de investimento grande, incomportável para os Municípios, e

não há nos quadros comunitários verba para concluir e fazer esses investimentos. A solução poderá passar por um sistema de concessão a um privado, ou um sistema de parceria publico-privada em que o privado possa ficar com mais de 51%, em princípio, que não irá acontecer, porque a maioria dos Municípios não querem, embora se pudesse salvaguardar o controle, digamos, da parceria da empresa a constituir através de um acordo para-social ou a criação de uma empresa intermunicipal, podendo ser esta a solução. Também se fala que a AdP está a estudar uma norma de uniformização dos tarifários, mas, tendencialmente, as tarifas terão que vir a ter o mesmo valor. Depois a adesão em concreto ao sistema passará pelos órgãos municipais; Em relação à barragem, informou que a localização da primeira barragem ficará a 700 metros, sensivelmente, abaixo da localização inicialmente prevista, o que quer dizer que se afasta do Vilarinho para a Ribeirada. Portanto, fica um pouco a montante do lugar da Ribeirada. Aí não há problemas com vias de comunicação – o problema será assegurar que a ligação entre as duas freguesias não se faça como está previsto no esboço que foi apresentado numa reunião que ocorreu, há dias, na Martifer. Nessa apresentação do projecto verificou-se que a estrada vinha desembocar no Vilarinho. Ora, como o acesso ao lugar do Vilarinho é fraco, defendemos que deveria ser feito um acesso novo. A segunda barragem localizar-se-á nos Mortinhos, no açude existente. Esse açude é transformado numa barragem com uma quota de 46 ou 47 metros, o que ainda dá um espelho de água relativamente grande e, portanto, submergirá quase até à Ermida grande parte do troço, obrigando à realização de negociações para sabermos se participam parte ou a totalidade do novo troço da estrada, onde se pretende integrar uma ecopista. -----

-----2 - Período Antes da Ordem do Dia-----

----- 2.1 – Correspondência -----

----- O presidente da assembleia municipal informou ter recebido a seguinte correspondência: Assembleia Municipal de Mirandela: Moção sobre as avaliações de desempenho da função pública; Município do Seixal: Proposta que aprovaram sobre o Projecto Lei n.º 431 - Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais; Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga e a Paróquia: Convite para estar presente no próximo dia 9 de Março de 2008, pelas 15 horas, para a inauguração da reconstrução da igreja, extensivo aos membros presentes; AMRIA: Enviou o orçamento e grandes opções do plano de 2008 para consulta; ANMP: Pedido de parecer sobre o mapa judiciário, bem como, resposta dada no prazo exíguo exigido. Atendendo ao facto de saber que o presidente da câmara teve uma reunião onde foi abordado este assunto o presidente da assembleia municipal solicitou-lhe que, resumidamente, prestasse esclarecimento à assembleia sobre os assuntos abordados. -----

Presidente da Câmara – Na sequência do pedido efectuado pelo presidente da assembleia municipal, sobre a reformulação do mapa judiciário, informou que na reunião realizada em Lisboa foi dado conhecimento que irão avançar com experiências piloto em três nutes, uma das quais do Baixo Vouga, que incluirá, certamente, o concelho de Sever do Vouga. A proposta será para a especialização e, neste concelho, manter-se-ão dois juízos – um juízo de pequena e média instância cível e um juízo de pequena e média instância criminal. Informou, também, que, embora discordando e manifestando essa opinião, pretendem mudar o Juízo de de Família e Menores, de Aveiro para Estarreja. Concluiu, dizendo que aguardava por uma informação do Ministério e estavam atentos à situação para intercederem em conformidade com os interesses das populações deste concelho. -----

José Braga – Entregou à mesa uma comunicação da passagem à condição de membros independentes os senhores José Tavares Batista Braga, Rui Manuel Batista Rocha, Joaquim Zacarias Paulino Gabriel, Manuel Henriques Soares, Nuno Miguel Matos Silva e Severo Mendes Pereira. -----

----- Seguidamente, foram abertas as inscrições dos membros que desejassem intervir no período de antes da ordem do dia. -----

----- **2.3 – Intervenções.** -----

----- Foram registadas as seguintes inscrições, para este período: -----

José Luís Almeida: Relembrou que, em boa hora, se pretendeu homenagear os severenses que se têm destacado em todos os campos da nossa sociedade. Isso foi uma iniciativa que já foi tratada noutra assembleia, mas como até agora não se conhece nenhum resultado, desejou saber o ponto de situação dessa iniciativa. Informou haver um leque de pessoas que se têm distinguido no campo da investigação médica, no campo empresarial ou no desporto, como emigrantes e com certeza noutras áreas que merecem desta assembleia uma manifestação pública de reconhecimento e porque seriam mais úteis as homenagens em vida, porque poderiam servir de exemplo aos jovens. Indicou alguns nomes tais como o Dr. Ferraz de Abreu, o Dr. António Coutinho, o Eng.º Adelino Silva Matos, os irmãos Carlos e Jorge Martins, o Ricardo, que é o guarda-redes da nossa selecção de futebol, o comendador Manuel de Almeida, o Dr. Joaquim Henriques e outros mais. Deixou o desafio para que sejam elencados e enviados nomes para o presidente desta assembleia decidir da melhor forma a tornar esta homenagem possível. -----

Presidente da Assembleia – Ficou registada a vontade do membro José Luis Almeida em serem homenageadas em vida as pessoas ilustres do concelho, como proposta apresentada em tempos. Contudo, informou ter recebido muito poucas sugestões. Assim, exortou mais uma vez para que fossem apresentadas propostas que deveriam ser analisadas e ponderada a escolha sobre as homenagens a realizar.

António Ferreira – Disse que, em tempos houve quem criticasse, e até mesmo quem perseguisse, aqueles que, alegadamente, viraram as costas ao Partido Social Democrata. Hoje assistimos aqui a um acto que, em tempos, seria considerado traição ao partido, pela atitude que resultou de uma derrota em eleições democráticas num partido democrático, por pessoas que se dizem democratas. Democracia não é ganhar sempre, impor ou perseguir. Democracia é respeito pela liberdade de cada um e pela sua vontade expressa no voto de maioria. Não aceitar um acto democrático é desrespeitar a própria essência da sociedade em que vivemos e do PSD, enquanto partido democrático. Mais do que ganhar sempre, é preciso sempre defender os ideais democráticos, respeitar direitos e liberdades, respeitar o compromisso assumido com cidadãos que votaram para essa assembleia e que, na altura, não votaram numa lista de independentes, mas sim, numa lista do PSD e em tudo o que ele representa como partido e como ideologia. Passagem de elementos da bancada PSD eleitos por listas do PSD para independentes, mais do que um desrespeito pelo PSD é simplesmente um desrespeito pelos cidadãos de Sever do Vouga e um abuso de um mandato que por eles lhe foi confiado. O PSD e a sua direcção eleita democraticamente confirma aqui o seu empenho na luta pelos direitos e pela melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Sever do Vouga demonstrando que, independentemente dos conflitos pessoais ou políticos, os seus interesses virão sempre em primeiro lugar. Os eleitores são para respeitar e servir e não para desrespeitarmos e nos servirmos deles e do seu voto. Podemos ver-nos reduzidos em número de deputados hoje aqui nesta assembleia, mas, com certeza,

que não o estamos em empenho, qualidade, força e humildade, asseverou o membro António Ferreira. -----

Francisco Ferreira – Referiu que a sua intervenção seria muito breve e vinha ao encontro da questão do mapa judiciário. De facto, preocupava-lhe o caminho que as coisas levavam porque estava a assistir, e achava que estamos todos a assistir, com alguma passividade preocupante, à eliminação de um conjunto de obrigações que constituem o âmbito residual daquilo que deve ser considerado interior do país e Sever do Vouga, que não é tão interior como isso, pelos vistos começa a ser considerado pelo governo que está, actualmente, no poder como sendo, de facto, do interior. E, preocupava-lhe porque isto surgiu inicialmente através das escolas e evolui, posteriormente, para uma situação altamente preocupante que é a saúde, e que Sever do Vouga foi afectada nessa matéria e agora chegamos ao último baluarte que, de facto o preocupava, porque é a área em que se movia. Referiu: “Aquilo que o senhor presidente disse aqui não me parece que seja indiferente; não me parece que mereça a nossa indiferença; não me parece que devamos ser a nossa despreocupação, antes pelo contrário. Porque a maneira cor de rosa como as coisas são apresentadas, no sentido em que, nós só vamos tirar isto, mas estejam descansados que vão ficar com dois juízos – um juízo de média litigância cível e outro criminal é, claramente, senhor presidente, uma forma de tapar o sol com a peneira e, meus caros, não nos vamos iludir.” A médio e longo prazos, é o caminho para Sever do Vouga ficar, tal como outros concelhos deste país, sem um Tribunal. E, portanto, esta situação é grave, preocupante, e achou que, nestas matérias, todos nos devemos indignar. Por último, solicitou ao presidente da mesa, que fizesse chegar aos membros da Assembleia o dito documento para saberem, ao certo, o que é que está previsto para Sever do Vouga. -----

Presidente da Assembleia – Embora não havendo nenhuma decisão em concreto, prontificou-se a disponibilizar uma cópia do documento, logo que estivesse disponível, aos membros que o solicitassem. Informou que o executivo se tem empenhado em manter aberto o tribunal existente neste concelho e se preocupava em acompanhar essa situação. -----

Albano Macedo - A Confraria Gastronómica de Sever do Vouga foi criada há vários anos com um objectivo bem definido. E tinha como principal finalidade a recolha, defesa, divulgação e promoção da gastronomia da região de Sever do Vouga projectando a nível nacional e internacional. No entanto, até esta data, e já decorridas muitas rotas da lampreia e da vitela, muitas Ficavougas, feiras da laranja e do mel, mirtilos, bienais e outros acontecimentos relacionados com o tema, a verdade é que sobre a dita confraria conhecemos alguns elementos que assumiram a gestão e a liderança dessa associação, um traje e pouco ou nada mais. Atendendo a que existem organismos que podem dar um apoio substancial à dinamização dessa instituição em prol do cumprimento dos objectivos oportunamente delineados, considerou que era altura dos membros ainda existentes e interessados diligenciarem no sentido de ser dinamizada a referida confraria. É urgente serem desenvolvidas actividades como a edição de publicações de sensibilização para uma maior oferta da gastronomia regional, bem como, a realização de acções de recuperação, criação e divulgação de propostas gastronómicas com base no receituário tradicional e coordenação técnica de eventos gastronómicos entre outras pois, se queremos ser pioneiros em festivais da terra, feiras internacionais do mirtilo, deveríamos procurar interligar estes temas e tirar dividendos sócio-económicos das actividades inerentes a estes serviços e actividades. A nossa Confraria Gastronómica de Sever do Vouga deveria ter a preocupação de procurar

animar e manter o convívio entre os confrades e dinamizar ou entrar nestes eventos como parceiro no intuito de expandir os sabores e saberes de Sever. Durante todos estes eventos, a confraria teria, ou poderia ter, um papel importante com o objectivo de promover a gastronomia da região com particular ênfase para a lampreia e o sável, a vitela e o cabrito, os doces regionais, as refeições e as vivências do campo, a sopa de feijão à lavrador, os rojões e a matança do porco, o arroz de cabidela e outros mais. Os confrades existentes, se é que existem alguns, e tradicionais, certamente dirão que a admissão está dependente de diversos requisitos, mas não é isso que se pretende. Queremos que a confraria seja um órgão que dignifique a nossa terra. A chamada cerimónia do capítulo terá lugar depois com a entronização dos confrades efectivos e de honra quando, efectivamente, tivermos uma confraria viva e actuante e digna da nossa terra. Assim, é urgente que a confraria da gastronomia de Sever deva traçar os seguintes objectivos imediatos: defender a autenticidade da gastronomia de Sever; promovê-la a nível nacional e internacional; criar um símbolo da confraria que seria atribuído e afixado como recomendação à parte dos restaurantes onde fosse servida gastronomia Severense; premiar anualmente cozinheiras e cozinheiros ou os melhores restaurantes de Sever; promover as jornadas de gastronomia regional; elaboração da carta gastronómica de Sever; evitar a progressiva e preocupante descaracterização e adulteração dos valores regionais a começar pelos próprios produtos de fabrico e que são, também, fruto de muita inconsciência profissional e de muita ignorância; não transmitir mentiras às gerações, nem meter-lhes nos hábitos do dia-a-dia das pressas e das vertigens das horas a correr, produtos de cozinha artificial ou fast-food. Assim, como conclusão, julga que a Confraria Gastronómica de Sever teria como obrigação o reconhecimento de que a melhor defesa da cozinha regional se consegue através da melhoria da sua qualidade da utilização de produtos tradicionais, da higiene das instalações e de uma melhoria da formação e, conseqüentemente, dos serviços; o reconhecimento da importante acção com vista à certificação de produtos utilizados na nossa gastronomia, já que falamos na certificação do mirtilo e a consciencialização dos produtos em relação às vantagens do procedimento do esforço para aumentar o número de produtos que podem beneficiar de tal estatuto; a elaboração de uma carta gastronómica de Sever que incluía, também, os pratos em vias de extinção; necessidade de que seja dispensada uma maior atenção ao sector de restauração para considerarem a gastronomia um valor do nosso património cultural e da nossa oferta turística; a realização de uma campanha de alargamento de confrades, mas confrades verdadeiramente empenhados na prática dos seus direitos e das suas obrigações. O reconhecimento do importante papel que a comunicação social pode ter na defesa e promoção da gastronomia regional e cujo papel pode ser, também, fundamental para a realização dos objectivos da confraria; a elaboração de um regulamento, com vista à correcta atribuição de placas a colocar na entrada dos restaurantes onde se pratique uma verdadeira gastronomia severense com revisão e actualização de dois em dois anos; dinamizar o turismo apetitivo, não só através dos desportos radicais mas, também, o turismo ecológico, o turismo verde e o turismo sénior; incentivar a descoberta do receituário tradicional do concelho das terras de Sever em acção de parceria com outros organismos e associações, tais como, a AGIM, a Fundação Solidários, etc. Assim, como a formação profissional a todos os níveis, condição base para que um turismo de qualidade e a redescoberta da cozinha severense, mediante a prestimosa colaboração da comunicação social. Assim, finalizou com as palavras do presidente da Câmara, em 2006, que considerava e certamente considera, que estes “são

sabores fortes e naturais da gastronomia local que dão identidade ao concelho”, pelo que “considerava importante manter a sua genuína arte de bem cozinhar e divulgá-la”, dizia e continuava, “este evento transformou-se numa imagem de marca do concelho”. Estava-se a referir à rota da lampreia e da vitela, que pretendia divulgar através da criação de programas alternativos de turismo temáticos, suscitando deste modo o surgimento de formas itinerantes de turismo constituídas por grupos ou clientes fidelizados, considerados de grande importância para o desenvolvimento do concelho. “São segredos de um povo”, dizia o senhor presidente, “de um povo que, do saber e do imaginar temperam e aconchegam os sentidos degustativos de quem aprecia estes sabores fortes e requintados”, acrescentou. E Pedro Marques, o presidente da SEMA, dizia que considerava e, certamente considera, “que é extremamente importante potenciar as riquezas existentes neste concelho como, por exemplo, a vitela, a lampreia e o mirtilo. É neste esforço que nós queremos interligar com a autarquia, com as confrarias e com os comerciantes.” Então, perguntou – de que é que estamos à espera – finalizando a sua intervenção. -----

Presidente da Câmara – Informou que a confraria não é, naturalmente, uma instituição da Câmara e estava plenamente de acordo com aquilo que aqui tinha sido dito. A confraria foi composta por pessoas de alguns organismos que vêm muitas vezes a Sever do Vouga e por alguns elementos pertencentes ao Município.

Joaquim Zacarias – Começou por referir que, embora não sendo filiado no PSD, fora eleito nas listas do PSD e não iriam defraudar quem os tinham elegido, porque as suas intervenções no executivo camarário e nesta assembleia eram disso o melhor testemunho. Embora, passando ao estatuto independentes, não deixariam de ser democratas – muito longe disso, concluiu. Informou estar de acordo com tudo aquilo que disse o membro Albano Macedo. Contudo, deveria ser melhorado o aspecto da hotelaria neste concelho porque há falta de locais para pernoitar. Acerca da intervenção do senhor presidente da Câmara (da comunicação do senhor presidente da Câmara a esta Assembleia) referiu, também, as inexactidões relacionadas com a menção “agrupamento horizontal de escolas”, quando deveria ser apenas “agrupamento de escolas”. E no festival mundial da terra refere, “este festival vem dar um mote às preocupações da edilidade no que respeita à protecção ambiental, à equidade social e à prosperidade económica e cultural do concelho numa perspectiva sustentável” isto para dizer que na prática não passa à realidade, pelo menos, com a pouca preocupação que o executivo possui na área da protecção ambiental. Seguidamente, abordou os seguintes aspectos: Estrada 16 da Foz ao Carvoeiro – Para uma beneficiação da estrada que pertence a Albergaria-a-Velha e a Águeda, solicitou ao presidente da câmara que intercedesse junto dos seu homónimos dos mencionados concelhos. Sobre a mesma via (ex EN 16), referiu que a limpeza da Grela à Foz é como toda a gente vê, está assim há mais de um ano; Empreitadas – Perguntou, quando seriam iniciadas as obras “Rua das Povoas”, “Acesso à Zona Industrial das Talhadas” e “Acesso à Zona Industrial de Irijó”; Barragem da Ermida – Considerou que dever-se-ia aproveitar esta oportunidade para ser ligado condignamente o lugar da Ermida à sede do concelho pelo sítio mais curto possível. Escola da Sendinha – Lamentou encontrar-se em adiantado estado de degradação, mercê de forte vandalismo, aquela escola que há bem pouco tempo se encontrava a funcionar e devidamente tratada e ajardinada. -----

Continuou, dizendo que na última Assembleia Municipal, e a propósito de uma intervenção que aqui foi feita a reboque, ou a em jeito de análise do segundo ano do presente mandato, cujo documento está apenso à acta e, nalguns pontos, refere o

seguinte: “Não nos basta somente referir o desempenho das bancadas políticas do PS, PSD, CDS e dos presidentes das Juntas, seríamos ingratos se não apontássemos a forma muito digna em como a Câmara e o seu staff demonstrou ao longo destes períodos de mandato...”. Depois, mais à frente, diz: “Direi eu àqueles que, de olhar curto trocista do sorriso enviesado afirmando-se como críticos, porque não sabem ser outra coisa, que continuam teimosamente a querer denegrir o trabalho feito por esta equipa municipal de Sever do Vouga. Mas, sem temermos um qualquer restelo de medrosos, cépticos, arrogantes.” Depois, mais abaixo, referia: “pretendo ainda deixar aqui, o meu agradecimento pelas excelentes lições de democracia aqui dadas.” Mais adiante referia: “gostaria que travassem aqui combates de ideias e de projectos, mas nunca se guerrearem pessoas.” Sobre aquelas afirmações referiu o membro Joaquim Zacarias que na qualidade de independentes, não tinha o dever de concordar com todas as decisões, porque nessa posição são-lhes impostos alguns momentos de reflexão. Na oposição e como independentes, pretendem somente o desenvolvimento de Sever do Vouga e o bem estar das suas gentes. Disse ser falso e de má fé afirmar-se que “a oposição é demagógica, destrutiva, arrogante, ingrata, intriguista ou bloqueadora”. Perguntou: “O executivo não governou ao longo destes dezoito anos, dos quais, nos últimos dezasseis anos, com maiorias absolutas? E nestes últimos dezasseis anos, sem qualquer oposição? De que se queixam, perguntou o membro Joaquim Zacarias, acrescentando, será por haver uma oposição, nos últimos dois anos, no executivo e na Assembleia Municipal, com uma posição corajosa, atenta, decidida, desinteressada e actuante. Continuou dizendo que possuíam “um projecto concreto de desenvolvimento e bem estar para Sever do Vouga que voltariam a apresentar melhorado em futuras eleições, mas, até esse momento, a actuação dos independentes será sempre no sentido de fazerem parte da solução e não do problema, onde “quase tudo o que é considerado estruturante para o desenvolvimento de Sever do Vouga está por fazer: O futuro IC35, programado para atravessar Sever do Vouga algures entre Rocas e o Couto potenciando o desenvolvimento daquelas duas freguesias mais distantes da sede do concelho e a sua ligação mais rápida não só à sede do concelho mas também deste ao nó do Carvoeiro e Talhadas; afinal parece que irá servir outras paragens e outros interesses que não os interesses do concelho. -----
A chamada variante à vila não passou do nó de acesso a Rocas. O que se fez pela vila foi apenas um remendo. -----
A chamada fábrica de Paradela, embora pertença da Vougapark, não se lhe conhece destino após doze anos sobre a sua aquisição. -----
Com quatro zonas e alguns nichos industriais, Sever do Vouga acaba por não ter uma zona industrial a sério e está muito longe de se afirmar no tecido industrial da região e do distrito. -----
O saneamento básico que, no dizer do senhor presidente, é uma das bases do bem estar de qualquer população, ou não passa dos projectos ou, o pouco do que existe, não funciona. -----
As lixeiras campeiam por todo o lado e agora bem perto da vila junto ao complexo escolar. -----
O turismo para Sever do Vouga é uma miragem. -----
A chamada barragem de Ribeiradio necessitou da mão corajosa dos sócios dessa grande empresa de nome Martifer que deixamos fugir para Oliveira de Frades, para os quais desde já proponho a atribuição da medalha de ouro do Município aquando da inauguração da mesma. -----

Enfim, até as pequenas obras se arrastam indefinidamente pelo tempo. Dos projectos às obras vai uma eternidade, concluiu o membro Joaquim Zacarias. -----

Presidente da Câmara – Solicitou a palavra para responder: que a decisão da Martifer se instalar no concelho de Oliveira de Frades, já tinha sido tomada antes de ter assumido as funções de presidente da câmara; que, em relação à ex-EN 16 o Município de Sever do Vouga foi o único que intercedeu no sentido de ser beneficiado na segunda vez, e os responsáveis do Município de Albergaria-a-Velha não compareceram às negociações donde resultou a celebração do protocolo. -----

Joaquim Zacarias – Solicitou a palavra para referir ter dito “deixámos fugir para Oliveira de Frades” e não “deixou fugir” como compreendeu o senhor presidente da câmara. -----

Albano Macedo – Solicitou a palavra para referir que, tendo em atenção que foram aqui citadas algumas frases da sua intervenção da última sessão da Assembleia Municipal, queria aqui deixar bem expresso o seguinte: toda a intervenção não foi mais do que efectuar um balanço único e exclusivamente em consciência do mandato desta Assembleia em dois anos. Não procurou com essas intervenções violar ideologicamente ou politicamente ninguém e, muito menos, qualquer membro desta Assembleia Municipal. No entanto, temos que ter em consideração o seguinte: aqui podemos falar, podemos responder, podemos defender a nossa honra ou retorquir muitas vezes. Contudo, lá fora, em jornais, em artigos de opinião ou outro meio, quer nos barbeiros ou nos jardins públicos, muitas vezes critica-se e não há capacidade para responder, retorquir, para defender. São a esses que eu referia, que direi “àqueles que de olhar curto e trocista de sorriso enviesado continuam teimosamente a querer denegrir o trabalho deste executivo e desta Assembleia Municipal”. Porque, como sabem, senhores deputados, lá fora também se diz que esta Assembleia Municipal, ou qualquer outra, nada fazem, só refilam uns com os outros, e procuram denegrir a nossa posição. O senhor deputado também devia dizer que eu tive a humildade suficiente de dizer, nessa minha intervenção, que “todos somos úteis, e estamos nesta vida autárquica. Mesmo com diferenças ideológicas, devemos respeito pessoal a cada um de nós e a todos em geral. Porque somos uma Assembleia que quer o melhor para o nosso concelho e para as nossas gentes. E devemos, com as nossas acções e intervenções, prestigiar o nosso concelho e provar que a interioridade e diferença ideológica nem sempre é um sinal de incultura ou de atraso”. -----

Francisco Ferreira – Numa última intervenção autorizada, sugeriu a intervenção do público no início das sessões. Numa nota final, considerou que todos nós devemos reflectir e pensar no seguinte aspecto: hoje foi dada uma nota de alarme mundial à comunidade científica mundial porque na Patagónia junto à Antártida, onde existem os maiores glaciares do mundo, não há Verão, e neste dia, nesse lugar as temperaturas atingiram os 30 graus. Hoje, falamos aqui na Agenda 21 e no dia da terra. Contudo, mais do que algumas iniciativas que são importantes, mas não bastam, se calhar uma reflexão sobre este tema era mais importante nesta Assembleia do que outros temas, foi a sugestão apresentada por Francisco Ferreira. O membro **João Henriques** ausentou-se e não participou a partir deste ponto. -----

----- 3 - Ordem do Dia -----

3.1 – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança: O presidente da Assembleia Municipal começou por informar que nos termos do Decreto-Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, deve ser constituído o Conselho Municipal de Segurança deste concelho e compete à Assembleia Municipal elaborar o regulamento provisório que deverá ser submetido ao conselho que fará uma primeira reunião,

para emitir um parecer sobre o regulamento e reenvia-o, novamente, à Assembleia Municipal para a aprovação definitiva. Portanto, foi distribuída uma proposta de regulamento e deverá a assembleia fixar o número de presidentes de junta e cidadãos eleitores de reconhecida idoneidade, para integrarem o mencionado conselho. Foi apresentada a proposta de serem quatro, o número de presidentes de junta, e, quatro o número de cidadãos para fazerem parte do conselho, bem como, a presença de um quinto dos membros do conselho para haver quórum. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao membro **Francisco Ferreira**, que manifestou a sua reserva quanto à norma da alínea e), do art.º 4º, designadamente, quanto à expressão “com respeito do princípio da representação proporcional”, acrescentada ao preceituado constante do diploma base. A segunda situação prendeu-se com o “reconhecimento da idoneidade” para a escolha dos cidadãos a que se refere a alínea t) do mencionado artigo. -----

O presidente da assembleia municipal informou que a última situação consta do regulamento nos mesmos termos em que está exarada no referido diploma, sendo certa a preocupação na escolha dos cidadãos porque teriam de fazer juízos de valores. -----

O membro **Albano Macedo** informou que incluíram a norma da alínea e) do art.º 4º, com o objectivo de ser reconhecida a representatividade das forças políticas que integram a Assembleia Municipal. -----

Seguidamente, por não concordar com a referida norma, porque deveriam ser respeitadas as minorias, tais como, os presidentes de junta eleitos através de listas independentes, foi apresentada uma proposta pelo membro Francisco Ferreira para a eliminação da referida expressão que foi acrescentada. A Proposta foi reprovada com 6 (seis) votos a favor, 2 (duas) abstenções e 16 (dezassex) votos contra. -----

Seguidamente, foi colocado à votação o regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança para ser submetido ao conselho para emissão do necessário parecer, tendo sido aprovado com 18 (dezoito) votos a favor, de Albano Macedo, Alexandre Tavares, António Dias, António Tavares, António Ferreira, Belmiro Marques, Claudino Soares, David Alves, Edgar Jorge, Fernando Oliveira, Harolde Balaias, José Dias, José Loureiro, José Luis, Almeida e Costa, Júlio Fernandes, Elisabete Henriques e Nuno Silva; 1 (um) voto contra, de Francisco Ferreira; e 5 (cinco) abstenções, de Severo Pereira, Manuel Soares, José Coutinho, José Braga e Joaquim Zacarias. -----

Declaração de Voto – **Francisco Ferreira** referiu que o CDS-PP votou contra porque o artigo 4º, alínea e) é contrário à lei respectiva e viola os princípios da igualdade da democracia e poderá obstaculizar os presidentes de junta que sejam independentes, poderem ter acesso ao conselho. -----

Seguidamente, para a escolha dos presidentes de junta e cidadãos de reconhecida idoneidade, que deverão ser designados pela Assembleia Municipal, foram apresentadas duas propostas. -----

As propostas entregues à mesa, foram as seguintes: -----

1 – **Referente à indicação de 4 presidentes de junta** – Foram propostos os seguintes elementos: António Rodrigues Ferreira, Harolde da Silva Balaias, João Pereira Henriques e José Loureiro dos Anjos, respectivamente, presidentes das juntas de freguesia de Talhadas, Dornelas, Pessegueiro do Vouga e Sever do Vouga. -----

Seguidamente, a proposta foi submetida à votação, por escrutínio secreto, da qual resultou o seguinte resultado: Votos a favor 21 (vinte e um); votos contra 0 (zero); votos em branco 3 (três). -----

2 – **Referente à indicação de quatro cidadãos de reconhecida idoneidade** – Foram propostos os seguintes elementos: Dr. António Henriques Tavares, professor reformado,

residente em Pessegueiro do Vouga; Américo Pereira Pinto Leitão, oficial da GNR reformado, residente em Sever do Vouga; Claudino da Fonseca Soares, membro da Assembleia Municipal e residente em Couto de Esteves; José Tavares Coutinho, membro da Assembleia Municipal e residente em Rocas do Vouga. -----

Seguidamente, a proposta foi submetida à votação, por escrutínio secreto, da qual resultou o seguinte resultado: Votos a favor 21 (vinte e um); votos contra 0 (zero); votos em branco 3 (três). -----

Declaração de voto – **Francisco Ferreira** referiu não compreender como é possível votar em bloco a escolha de quatro cidadãos de reconhecida idoneidade e representatividade social, será o que está na lei ou na proposta de regulamento, caso contrário está-se a violar a lei, porque, certamente, o espírito do legislador parte pela avaliação dessas qualidades de forma individual e não em grupo como foi realizado, concluiu o membro Francisco Ferreira. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse que compreendia a opinião do membro Francisco Ferreira, mas que estavam num concelho relativamente pequeno onde as pessoas se conhecem umas às outras com grande facilidade, e os elementos propostos são do conhecimento da maioria dos membros presentes, não vislumbrando qualquer ilegalidade no procedimento adoptado. -----

O membro **Albano Macedo** referiu que não concordava com a opinião do membro Francisco Ferreira, porque as propostas foram apresentadas sob a forma de lista, subscrita por duas pessoas, que são responsáveis pelos critérios que nortearam essa escolha e se outros elementos desta assembleia quisessem apresentar as suas propostas, tinham toda a liberdade em fazê-lo, de forma individual ou em grupo. -----

3.2 – Regulamento de Utilização, Cedência e Taxas do Centro das Artes e do Espectáculo – Alteração:

A proposta de alteração do “Regulamento de Utilização, Cedência e Taxas do Centro das Artes e do Espectáculo” submetida pelo órgão executivo foi apresentada pelo vereador do pelouro da cultura – António Coutinho – que, sucintamente, prestou esclarecimentos sobre as principais modificações. -----

Seguidamente, foram indicadas pelo membro **Albano Macedo** alguns erros e imprecisões constatados no documento. Também apresentou algumas questões de interpretação da proposta apresentada, designadamente, quanto às normas do artigo 32, 37º (ponto 8) e 39º, bem como, sobre a falta de definição das sanções que incorrem os utilizadores do espaço pelo incumprimento das regras indicadas neste documento. -----

Depois de analisadas as questões apresentadas e anotadas as correcções a realizar no texto, foi o documento submetido à votação tendo sido aprovado, por maioria, com os votos a favor dos membros Albano Macedo, Alexandre Tavares, António Dias, António Tavares, António Ferreira, Belmiro Marques, Claudino Soares, David Alves, Edgar Jorge, Fernando Oliveira, Harolde Balaias, Joaquim Zacarias, José Dias, José Loureiro, José Luis, Almeida e Costa, José Coutinho, Júlio Fernandes, Manuel Soares, Elisabete Henriques, Nuno Silva e Severo Pereira; e as abstenções dos membros Francisco Ferreira e José Braga. -----

3.3 – Vougapark – Isenção do IMI: Nos termos do n.º 2, do art.º 12º e usando do poder tributário indicado na alínea d), do art.º 11º, ambos da Lei das Finanças Locais, aprovada através da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal para isenção de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis que incide sobre os prédios correspondentes aos artigos matriciais n.ºs 146, 164, 397, 240, 271, 280, 552 e 976, da freguesia de Paradela do Vouga, pertencentes à sociedade Vougapark – Parque Tecnológico do Vouga, E.M., com efeitos desde o ano económico de 2007. A votação deste ponto foi a seguinte: Votos a favor: de Albano Macedo, Alexandre Tavares, António Dias, António Tavares, António Ferreira, Belmiro Marques, Claudino Soares, David Alves, Edgar Jorge, Fernando Oliveira,

Harolde Balaias, José Dias, José Loureiro, José Luis, Almeida e Costa, José Coutinho, Júlio Fernandes, Manuel Soares, Elisabete Henriques, Nuno Silva e Severo Pereira; Abstenções: de Francisco Ferreira, José Braga e Joaquim Zacarias.

----- **4 – Outros assuntos:** -----

----- **4.1 – Voto de Pesar** – A mesa apresentou um voto de pesar pelo falecimento do senhor Ernesto Tavares Oliveira, aprovado e exarado nos seguintes termos: “A Assembleia Municipal de Sever do Vouga, exprime por este meio as sentidas condolências ao membro deste órgão e Presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura, senhor Fernando da Silva Oliveira, pelo falecimento do seu pai ocorrido no dia 19 do corrente mês de Fevereiro.” -----

----- **5 – Período destinado ao público** -----

Foi registada a intervenção do munícipe senhor Élio Martins de Bastos Figueiredo que solicitou o seguinte: a) Actualização dos conteúdos na página sobre a informação dos órgãos colegiais; b) Desmaterialização através da disponibilização na página dos documentos submetidos à apreciação dos órgãos – executivo e deliberativo. Concluiu com a sugestão de reflexão sobre o papel da democracia e a posição como se integra uma determinada estrutura, de forma a representá-la condignamente. Isto, atendendo ao conjunto de intervenções realizadas durante esta sessão, que deveria ter uma maior presença de público. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----

